



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000762-23.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Jose dos Reis Silva**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Jose dos Reis Silva propõe ação declaratória de nulidade de ato administrativo c/c pedido de antecipação cautelar dos efeitos da tutela “inaudita altera pars” contra Departamento de Trânsito de São Paulo-DETRAN. Alega ter sido penalizado com a suspensão do direito de dirigir, e após um ano de cumprimento da penalidade, recuperou sua carteira e seu cadastro foi liberado de restrições. No entanto, em 10/04/2017, período que ainda cumpria a suspensão, Marcio Vinhote Diniz, que conduzia o veículo registrado em nome de Jose (placa CQT3120), foi multado por cometer duas infrações de trânsito, que são as descritas nos artigos 164 e 230, V do CTB. Todavia, sustenta o autor que embora ainda estivesse registrado em seu nome, o veículo havia sido vendido para Márcio, razão pela qual, não deve ser o responsável pelas pontuações advindas das infrações e nem deve sofrer o processo administrativo de cassação de seu direito de dirigir. Sob tais fundamentos pede: a) que seja concedida Tutela Provisória de Urgência Antecipada determinando a imediata suspensão do processo administrativo de cassação do direito de dirigir, caso não seja cumprida a ordem, estipular multa diária de um salário mínimo; b) a citação do réu; c) que seja julgada totalmente procedente a ação declarando nulo o Processo Administrativo nº 353/2017; d) a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não designação de audiência de conciliação, conforme os incisos I e II do parágrafo 4º do artigo 334 do CPC.

Decisão (fls. 18). Tutela antecipada deferida em parte.

Em contestação (fls. 27/30) aduz o réu que a ação deve ser improcedente, vez que o autor não comunicou ao DETRAN sobre a transferência de propriedade do veículo, bem como não comunicou a identificação do infrator dentro do prazo estabelecido na lei. Sendo assim, a responsabilidade sobre os débitos referente à infração deve ser solidária.

Houve réplica (fls. 49/51).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O único pedido definitivo apresentado nestes autos diz respeito à anulação do processo administrativo nº 353/2017, de cassação do direito de dirigir.

Para o acolhimento da referida pretensão não é necessário investigar a questão relativa à ausência de comunicação da venda do veículo antes da prática das infrações.

Com efeito, como exposto na decisão de folhas 18: "... o procedimento de cassação foi instaurado com fulcro no art. 263 do CTB a partir do AI 3C313744-8 [confira-se fl. 13], mas o próprio auto de infração, fl. 16, indica que o condutor era Marcio Vinhote Diniz, de onde se extrai que realmente o autor não praticou a infração que, particularmente, dá ensejo à cassação, de conduzir veículo durante a suspensão do direito de dirigir".

De fato, está comprovado que não foi praticada pelo autor a infração que justificaria a cassação de seu documento de habilitação ('conduzir' o veículo enquanto suspensa a CNH).

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial para o fim de declarar nulo o processo administrativo 353/2017 de cassação do direito de dirigir do autor, tornando definitiva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a tutela provisória de urgência.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 02 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**